

Cidades, Territórios e Desenvolvimento Sustentável *Fundamentação e programa de um curso de pós-graduação*

Vítor Matias Ferreira*

Nota Justificativa: O presente texto integra alguns dos documentos produzidos pelo autor aquando da presença como Professor Visitante na Universidade Católica de Goiás no Brasil, e também como Bolseiro do CNPq (Coordenação Nacional da Pesquisa no Brasil), entre Novembro de 2008 e Março de 2009. Constituem, assim, um pequeno ensaio de fundamentação e um programa estruturado de um Curso de Pós-Graduação intensivo, com o título acima referido e integrado no quadro do Mestrado em Desenvolvimento e Planeamento Territorial daquela Universidade.

Ensaio de Fundamentação

Serão três os pilares que poderão vir a estruturar uma formação pós-graduada na Universidade Católica de Goiás: uma abordagem sobre alguns dos temas que questionam hoje mais directamente as *Cidades*; o debate sobre formas e modalidades técnicas e políticas que discutem a formação e o ordenamento dos *Territórios*; uma aproximação à problemática do *Desenvolvimento Sustentável*, questionando, em particular, alguns dos problemas que se colocam face ao que vem sendo designado de Turismo Sustentável. Sublinhe-se, contudo, que os três pilares não são indissociáveis entre si, pelo que o desafio é também o de discutir alguns dos entrosamentos possíveis, com as suas contradições, mas também as suas potencialidades, entre essas três abordagens.

Desde logo, *as cidades*. No actual contexto de intensa e generalizada globalização, as cidades têm vindo a assumir um progressivo protagonismo económico e político, como actores centrais daqueles mesmos processos. Trata-se de uma situação aparentemente paradoxal: realmente, aquele contexto mais globalizado tem vindo a ser acompanhado de exigências e de reivindicações, mais abertas ou mais subtis, de carácter nacional (ao nível dos Estados ou das Regiões); mas, significa-

tivamente, essas situações mais extremas têm ainda nas cidades os seus símbolos mais emblemáticos, enquanto lugares privilegiados de representação histórica e cultural.

Em todo o caso e aparte essas situações mais singulares, aquele contexto de generalizada globalização define-se, sobretudo, pela transnacionalidade dos processos que alimentam aquela condição, fazendo ressurgir, plenamente, o papel estratégico, económico e político das cidades. Assim, para o bem e para o mal – ou, noutros termos, para uma mais justa e equitativa globalização, ou, pelo contrário, acentuando as desigualdades e as injustiças desses mesmos processos – são as cidades que, uma vez mais na sua história, protagonizam uma condição transnacional, que, por isso mesmo, se projecta como transversal às próprias especificidades nacionais e regionais dos respectivos países.

As cidades continuam, portanto, na ordem do dia e nas suas múltiplas dimensões analíticas, como entretanto procurámos fundamentar (cf. V. Matias Ferreira, 2004). Efectivamente, um conjunto diversificado de factores tem vindo a participar num certo “renascimento” urbano e numa progressiva projecção das cidades. De entre esses factores, sem dúvida que a actual conjuntura internacional configura uma condição determinante para o papel

* Professor Emérito de Sociologia – ISCTE (aposentado). Contacto: matias.ferreira@sapo.pt

a assumir por aquelas entidades históricas. Dois vectores fundamentais continuam, assim, presentes na actual conjuntura, corporizando o discurso científico e orientando as práticas sociais e políticas em relação àquelas entidades: globalização e competitividade. Tais ‘palavras-chave’ – qual alegoria permanentemente recorrente no discurso dominante – irão ter, no quadro urbano-metropolitano, uma especificação muito particular e, em certa medida, determinante, na própria configuração daquela conjuntura internacional.

Em rigor, pode-se falar, antes, de um contexto de “globalização competitiva”, mesmo admitindo as condicionantes da primeira e os limites da segunda, nomeadamente, neste caso, quando os limites da competitividade, no quadro urbano, determinam modos e redes de cooperação entre as cidades, como noutro momento assinalámos (cf. V. Matias Ferreira *et al.*, 1997: 23-95). Mas é, pois, num tal contexto, que aquelas entidades de historicidade urbana acabam por assumir um protagonismo estratégico, sobre o qual se tem vindo a desenvolver, então, um debate sobre eventuais “vantagens comparativas” entre as cidades (cf. C. Morandi, 1994), para além da escala territorial em que se projecta aquele protagonismo urbano.

Deste modo, um protagonismo crescente das cidades e uma progressiva projecção, interna e externa, das suas “identidades”, mas sobretudo das suas “virtualidades” (muitas vezes jogando no seu duplo sentido!), quer ao nível económico, quer mais subtilmente em termos sociais e culturais, constituem, pois, alguns dos temas recorrentes a propósito da competitividade urbana. Em relação a esse papel, cada vez mais central, assumido pelas cidades no actual contexto internacional, o discurso sobre aquele protagonismo e sobre aquela projecção tem induzido novas construções problemáticas, quer sobre os modos de organização e funcionalidade urbana, quer, também, sobre novas formas de acção política em relação àquelas entidades históricas e culturais. Independentemente daquelas “virtualidades”, um tal discurso não deixa de participar nos processos de efectiva e renovada centralidade urbana e territorial.

No entanto, é bom ter presente que aquela competitividade urbana não constitui uma temática propriamente original. E, contudo, significativamente, a sua plena actualidade aparece, hoje, estreitamente associada aos referidos processos

de globalização, como referimos atrás, nomeadamente no contexto da generalização dos mercados económicos e dos fluxos financeiros, das condições de inovação decorrentes das novas tecnologias e das novas divisões funcionais e sectoriais do trabalho, bem como dos padrões de investimento, não só económico, mas também noutros sectores da vida cultural e artística. Deste modo, aqueles processos de globalização incidem, também, numa acentuada padronização e numa progressiva homogeneização de modos de vida social e de estilos de atitude cultural, de padrões e comportamentos de consumo e dos próprios projectos individuais.

Verificamos, assim, que aqueles processos de globalização não se reduzem à esfera propriamente produtiva e reguladora da economia, abrindo-se, cada vez mais, aos sectores da reprodução social e da vida quotidiana, nas suas dimensões públicas ou privadas, mas também ao nível colectivo e individual. O que significa o alargamento, de resto já assinalável em fase anterior de desenvolvimento do capitalismo, daquele processo de “mundialização”, não só do campo propriamente económico, mas igualmente da esfera social e cultural, atravessando, assim, plenamente, as sociedades ditas nacionais, mas efectivamente “globalizadas” a um nível cada vez mais transnacional!

É importante voltar a sublinhar, por isso, que a globalização é um processo – processo de globalização, efectivamente – e não uma condição inerte na sua própria dominação. Não se trata de mera retórica linguística, mas de uma exigência de compreensão daquelas formas de dominação e das próprias contradições inerentes aos modos de concretização e de alargamento desse mesmo processo. Uma tal constatação implica, pois, uma análise aprofundada da própria dinâmica societal, conflitual e contraditória, comportando, por isso, potencialidades, mas também limites àquelas mesmas tendências de progressiva globalização hegemónica da economia, da cultura e da política.

Mas uma tal conjuntura, projectada, ao fim e ao cabo, a uma escala global, haveria de determinar, igualmente, transformações significativas ao nível dos *territórios*, o que nos permite orientar, agora, para o segundo pilar da formação aqui ensaiada. Realmente, das tendências atrás mencionadas, é possível inferir, ainda, uma lógica dominante nos processos de globalização, acentuando ao nível territorial o que podemos designar, parafraseando

M. Castells, por uma dinâmica de “espaços de fluxos” (Castells, 1996: 376-428). Uma tal dinâmica acaba por estruturar um sistema de dominação em rede – rede de fluxos, precisamente – através da qual se exerce, efectivamente, aquela mesma globalização. Mas, exactamente porque não se está perante fenómenos de mero determinismo, haverá lugar para colocar naquele “mapa”, o que o mesmo autor designa de “espaços de lugares”, através dos quais se projectam as características identitárias e se assumem as especificidades sociais e culturais dos diversos aglomerados – e, portanto, também das cidades – numa dialéctica desigual, é certo, mas em confronto e em contraposição com aquela mesma dominação globalizada.

Por isso, seria redutor, como dissemos, limitar a dita competitividade urbana – que agora poderíamos generalizar à escala territorial – a uma dimensão exclusivamente económica, ainda que, sem dúvida, uma tal dimensão constitua, claramente, um factor central naquele processo de globalização. Mas, assim como aquela dimensão económica fica obrigada, na prossecução dos respectivos objectivos, a formas mais ou menos assumidas (ainda que, por vezes, em termos um tanto “defensivos”) de cooperação económica (cf. Grupo de Lisboa, 1994), assim também aquela dita competitividade urbana e territorial apela, se não mesmo exige, modos e instrumentos de correspondente cooperação.

Sem dúvida que existe hoje uma consensualidade generalizada no sentido de fazer articular, de modo muito estreito, as questões económicas e sociais com a noção de território. Já vai longe, portanto, uma concepção em que o espaço material era, enquanto tal, uma espécie de “terra de ninguém”, uma suposta base inerte sobre a qual se admitia, então, uma mera projecção das respectivas actividades económicas e dos correspondentes destinos sociais. Sem entrar, por agora, em grandes detalhes teóricos e analíticos, pode-se admitir que a passagem daquela concepção do espaço material – sobre a qual existe, como sabemos, a longa tradição da Geografia – para a noção de território, corresponde, precisamente, ao momento de mudança paradigmática que justifica a formulação enunciada. Com efeito, a partir de então o território passa a ser assumido como uma entidade “socialmente construída” ou, por outras palavras, passa a ser uma componente fundamental da *acção* da economia e da sociedade.

Dito isto e deixando para momento oportuno (na construção do programa formativo propriamente dito) o desenvolvimento do referido paradigma analítico, entende-se porque deveremos considerar o triângulo problemático do espaço, da economia e da sociedade como um dos vectores centrais de reflexão sobre a própria noção de território. Realmente, a natureza “construída” do território, no sentido da sua própria transformação por acção da economia e da sociedade, como dissemos, abre-se, assim, para os diversos processos de diferenciação e de segmentação desse mesmo território. Como se sabe, essa abordagem permite, entre outras perspectivas analíticas, definir condições de concentração e de dispersão territorial, detectar modalidades de intensa ou difusa urbanização, identificar espaços mais rarefeitos no respectivo povoamento ou, pelo contrário, referenciar manchas de grande concentração e de excessiva densificação, enfim, avaliar as maiores ou menores assimetrias nas modalidades de ocupação e de (des)ordenamento do território.

Ao fim e ao cabo, estas transformações na organização e na funcionalidade territorial são indissociáveis das próprias mudanças económicas e sociais. Com efeito, nas duas últimas décadas, estas mudanças foram muito significativas, contemporâneas, assim, do próprio incremento dos processos de globalização e de mundialização, generalizando tendências de padronização nas regras de funcionamento dos mercados económicos e financeiros, mas também no quadro dos modos e estilos de vida social e individual. Essa tendencial padronização não tem sido, contudo, homogénea, nem os seus efeitos se repercutem, positiva ou negativamente, de igual modo em todo o território. Por isso, a abordagem das assimetrias territoriais, a que corresponde uma perspectiva assimétrica da distribuição de bens e de recursos, não deixa de corresponder a um dos primeiros sintomas da discriminação económica e social do respectivo território.

Mas invocámos atrás outras situações ao nível da organização do território, concretamente em relação às modalidades de concentração ou de dispersão do povoamento e das actividades económicas e sociais. O aprofundamento de uma tal postura está de acordo, de resto, com o novo posicionamento sobre as aglomerações urbanas e metropolitanas, em que contrariando uma perspectiva tradicional de “rede urbana”, hierárquica, vertical

e polarizadora, argumenta, antes, a fecundidade das “redes de cidades”, mas também das “redes de aglomerados”, enquanto estrutura horizontal, mais equitativa e territorialmente mais equilibrada, ou seja, uma postura assente numa articulação *em rede* daquelas aglomerações, independentemente do seu estatuto administrativo e da sua própria dimensão económica, social e territorial.

Como parece evidente, este funcionamento em rede das diversas aglomerações territoriais – procurando potenciar “massas críticas” ao nível económico e social – parece ser indissociável, também, das questões associadas à mobilidade e às acessibilidades, como forma de garantir, em condições materialmente seguras e de qualidade (conforto, custos, etc.), as necessárias ligações entre aqueles mesmos aglomerados. Se as questões das assimetrias territoriais põem directamente em causa os modelos de (re)ordenamento do território, os problemas anteriormente referidos sobre formas de concentração e de dispersão do povoamento e das actividades, questiona, antes, a necessidade de uma perspectiva de polinucleação dessas diversas “massas críticas”, procurando, assim, como acabámos de ver, uma estrutura em rede desse “arquipélago” de implantações territoriais (cf. INE, 2004, F. Indovina, 2006). E, deste modo, é a própria *sustentabilidade* do território que, em última análise, deve ser questionada.

Chegamos, assim, ao terceiro pilar do curso de formação, centrado, como dissemos, no *desenvolvimento sustentável*. Trata-se de uma enunciação cujo significado mais amplo está, ainda, eivado de profundas ambiguidades. Mas vale a pena relembra as suas origens e alguns dos seus posicionamentos actuais, muito determinados, como sabemos, pela própria problematização das questões ambientais (neste último ponto, retomamos, em larga medida, alguns dos tópicos de um relatório de investigação, entretanto terminada, coordenada pelo autor deste ensaio – cf. V. Matias Ferreira *et al.*, 2007).

É sem dúvida significativo recordar que a noção de ambiente tem a sua origem próxima, digamos de meados do século passado, numa outra designação, então mais abrangente, que dava pelo nome de meio ambiente ou, simplesmente, *meio*, através da qual se pretendia sublinhar “o que está à volta”, que “envolve”, e que encontra na sua adjectivação inglesa (*environmental*) ou mesmo no substantivo francês (*environnement*) uma ilustração

bem alusiva ao conteúdo descritivo daquela noção. Já então se entendia que as abordagens analíticas não se poderiam restringir aos temas em causa tomados isoladamente, mas que era necessário contextualizá-los, teórica e empiricamente, em relação ao seu quadro de referência, isto é, de acordo com o respectivo “meio ambiente”. Era um tempo, portanto, em que esta noção, sendo analiticamente pertinente, demorava, contudo, a assumir essa mesma pertinência, relegada como foi e durante algum tempo, para uma espécie de “adorno”, de efectiva “envolvente” ou, mesmo, de mera adjectivação do objecto de questionamento. Em todo o caso, boa parte dos temas hoje integrados na noção contemporânea de ambiente, tinham já um lugar disciplinar privilegiado e um objecto científico bem determinado, desde longa data reportados, precisamente, à Ecologia.

Ao fim e ao cabo, entre aquele posicionamento estritamente ecológico e a assunção plena de uma postura propriamente ambiental, situa-se um itinerário de abrangência disciplinar, de maturação social e de mudança política, de que resultaram, sem dúvida, novas formulações sobre “o nosso futuro em comum” (G. Brundtland *et al.*, 1987), para citar uma obra emblemática desse novo posicionamento, nomeadamente no quadro do desenvolvimento sustentável. Dois marcos fundamentais delimitam, assim, aquele itinerário, num arco temporal, e intencional, de vinte anos: a Conferência Mundial do Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (designada Eco 92), Rio de Janeiro, 1992. A balizar cada uma dessas conferências, pela importância que tiveram nas propostas apresentadas, é de recordar a realização do Ano Mundial de Protecção da Natureza, em 1970, e, por outro lado, a publicação, em 1987, do Relatório Brundtland, atrás assinalado. Sintetizando essas duas conjunturas históricas bem diferenciadas, constatamos, assim, que do ponto de vista do desenvolvimento económico e social elas delimitaram um processo que vai do que, talvez um tanto impropriamente, foi então considerado como “crescimento zero”, até ao que, hoje em dia, aparece designado por “desenvolvimento sustentável”, titulando, deste modo, as propostas políticas fundamentais, ainda que claramente polémicas, que marcaram cada uma daquelas conjunturas.

Significativamente, entre aqueles “limites ao

crescimento” e a conjuntura posterior de duas décadas, um novo conceito irá orientar o quadro de referência contemporâneo – esse conceito tem a ver com a *sustentabilidade*, à luz do qual são reavaliadas as propostas anteriores. Claro que, entretanto, já havia sido publicado o estudo da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, genericamente referido como Relatório Brundtland e intitulado, como recordámo-nos atrás, como “o nosso futuro em comum” e que ficará conhecido por propor aquele conceito, não em termos de “crescimento”, mas precisamente enquanto “desenvolvimento”, que deveria ser encarado, precisamente, como “desenvolvimento sustentável”. Como veremos melhor adiante, este conceito apresenta, ainda, demasiadas ambiguidades. Por ora, aceitemos, contudo, que a passagem da “crítica ecológica” ao “ambiente crítico”, é, ainda, alegoricamente, a mudança do mencionado “crescimento zero” para o contemporâneo “desenvolvimento sustentável”.

Como parece evidente, se o dilema sempre foi o de conciliar a ecologia com a economia, talvez que um outro problema crítico, agora realmente em termos conceptuais, tenha sido o de centrar as análises e propostas em termos de “crescimento” e não do ponto de vista do desenvolvimento económico e social. E se na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992 – a partir da qual, como dissemos, o Ambiente se assume, pública e politicamente, por inteiro, e já não como um “meio” – boa parte da sua agenda mais controversa (como a questão climática e o problema da biodiversidade, entre outros) não chegou a ter um necessário consenso, foi possível, contudo, discutir os problemas ambientais na sua própria diversidade territorial e política, mas também numa perspectiva de um específico desenvolvimento, necessariamente sustentável!

Que se está perante uma nova conjuntura, agora claramente marcada pela problemática ambiental, não restarão muitas dúvidas. Tanto assim que os autores dos primitivos “limites ao crescimento”, terão incorporado, vinte anos depois, uma proposta teórica e empiricamente mais “sustentável”. Com efeito, independentemente das observações críticas, é oportuno reter uma das conclusões adoptadas “para além daqueles limites”: começando por referir que “uma sociedade sustentável é ainda técnica e economicamente possível”, aqueles autores concluem que “a transição para uma sociedade sustentável exige um cuidadoso equilíbrio entre

objectivos a longo e curto prazo e uma ênfase maior na suficiência, equidade e qualidade de vida, do que na quantidade de produção” (D. Meadows, 1992: 23).

Em todo o caso, no quadro da problemática ambiental, a noção de sustentabilidade, tal como o dito desenvolvimento sustentável, não parecem encontrar consensualidade nas suas definições, nos seus conteúdos conceptuais e operativos e nas suas próprias aplicações, o que certamente abre um campo de ambiguidades, desde logo, nas respectivas propostas políticas. Tal é a conclusão de Drummond e Marsden (1999: 19-20), quando afirmam que “tanto a teoria como a prática do desenvolvimento sustentável parecem ter chegado a algo semelhante a um impasse”, resultante de várias dificuldades: “antes de mais, o conceito é ambíguo, abrindo-se para uma ampla variedade de interpretações (...); em segundo lugar, o conceito de desenvolvimento sustentável é, não só abrangente, mas também fundamentalmente integrador, não existindo metodologias convincentes para abarcar, num preciso momento, a totalidade da ideia; em terceiro lugar, o desenvolvimento sustentável é radical, na medida em que ameaça as estruturas sociais, económicas e políticas estabelecidas, a que se junta a eventualidade das estruturas políticas existentes não serem apropriadas à efectiva promoção daquele desenvolvimento sustentável; finalmente, a ideia é inconsistente, na medida em que ainda se mantém insuficientemente articulada com áreas-chave das teorias estabelecidas. Em particular, a economia política do desenvolvimento sustentável não se encontra plenamente teorizada”.

Mas sem dúvida que desde a publicação do mencionado Relatório Brundtland, a expressão “desenvolvimento sustentável” acabou por se propagar entre as ONG’s do ambiente e do desenvolvimento e ainda mais rapidamente entre políticos e especialistas. O desenvolvimento sustentável é um processo de desenvolvimento económico baseado no primado dos recursos renováveis, respeitador dos mecanismos básicos do equilíbrio ecológico, da diversidade biológica e dos sistemas naturais que suportam a vida animal e vegetal. É muito crítico ao *modus operandi* económico, tal como este tem vindo a ser praticado, mas não legitima uma visão radicalmente ecocêntrica defendida por algumas correntes da ecologia radical ou “profunda”. Se a noção de desenvolvimento sustentável exclui

duas ideias extremas, a saber: a da necessidade do crescimento económico a qualquer custo e a da paragem do crescimento económico, inerente à perspectiva da ecologia profunda, é, no entanto, suficientemente vago e abrangente para que a aceitem quer os adeptos das posições mais conservacionistas, quer os adeptos de posições mais desenvolvimentistas.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, tal como formulado naquele Relatório, não aponta, apenas, para uma reconciliação entre economia e ecologia, entre desenvolvimento socioeconómico e protecção ambiental, implica também dimensões sociopolíticas, com destaque para a dimensão da equidade social. As dimensões sociais e humanas inerentes à expressão desenvolvimento socioeconómico e subjacentes ao termo desenvolvimento, conduzem a tomar o desenvolvimento sustentável como um conceito que vai para além da economia e que deve, ainda, ter em consideração a inter-relação da sociedade humana com o seu meio físico envolvente. Assim, o desenvolvimento sustentável compreende ou implica três elementos: 1. O valor intrínseco do ambiente; 2. A sustentabilidade do desenvolvimento económico; 3. A equidade inter e intrageracionais.

Perante um tal quadro analítico ainda tão difuso, registemos, então, o desenvolvimento sustentável na sua definição minimalista, oriunda do Relatório que estamos citando, que, na sua extrema simplicidade, pode ser entendido como um posicionamento *ético* do desenvolvimento, ao defender que (simplificando) a actual utilização dos recursos e do ambiente não deve hipotecar a sua utilização pelas gerações futuras. Independentemente das ambiguidades, aquela atitude normativa tem vindo a orientar a “agenda política” do ambiente, quer na feitura de documentos oficiais, quer nas propostas e recomendações de carácter político, em que aquela ambiguidade conceptual e operativa não tem estado isenta de consequências contraditórias ao nível das políticas ambientais, sobretudo à escala global do planeta. O exemplo mais emblemático parece ter sido a própria realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92, Rio de Janeiro, 1992) que, ao mesmo tempo que ratificava aquela “ética” do desenvolvimento sustentável, não foi capaz de ratificar um conjunto de medidas ambientais, realmente as mais polémicas, mas efectivamente as mais

determinantes, no combate ao actual desequilíbrio ecológico do planeta.

Em termos mais operativos, o conceito de desenvolvimento sustentável debatido na referida Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, Junho de 1992), parece assentar em três premissas fundamentais, a saber:

- 1) O desenvolvimento sustentável permite responder às necessidades do presente sem hipotecar a capacidade das gerações futuras de responderem às suas;
- 2) O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança que entra em linha de conta com a harmonização da exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, a aplicação das técnicas, assim como com a evolução das instituições e das empresas, com vista a reforçar o potencial socioeconómico e a resolver as necessidades e aspirações da humanidade;
- 3) Não existe um modelo ideal de desenvolvimento sustentável já que os sistemas económicos e os dados ecológicos variam de situação para situação. A procura de um estado de harmonia entre os humanos e o património natural do planeta é um desafio constante.

De uma forma necessariamente sucinta, procurámos ilustrar cada um dos pilares que deverão estruturar a presente proposta de formação pós-graduada. Dissemos, contudo, no início, que estes vectores são indissociáveis entre si, no sentido, nomeadamente, em que os dois primeiros podem vir a constituir como que uma espécie de “suporte analítico” para o aprofundamento do último, que acabámos de enunciar. Julgamos, por isso, que a abordagem de uma temática específica – no caso concreto, a que tem vindo a ser designada de *turismo sustentável* – poderá vir a permitir esse mesmo exercício de entrosamento analítico, jogando, então, com diversos casos mais específicos, agora retirados da realidade brasileira. O desejado envolvimento dos formandos, pedagógica e didacticamente organizados numa estrutura tipo seminário, poderá vir a permitir, não só o referido entrosamento analítico, mas também a exercitação de situações concretas, eventualmente articuladas com os próprios projectos desses mesmos formandos.

Programa do Curso

O Curso está organizado em função de um certo número de sessões programáticas e de alguns seminários de debate e de aprofundamento das diversas temáticas e problemáticas entretanto avançadas. Para além das sessões e dos seminários, estão previstos encontros informais de tutoria com os alunos e de eventual acerto programático com a equipa docente do Mestrado. Os alunos deverão realizar, no final do curso, um documento ensaístico sobre temas abordados ao longo do curso, que, de acordo com a Coordenação do Mestrado, será devidamente avaliado.

Sessões Programáticas

Sessão 1 – Cidades:

Protagonismo Urbano e Condição Pública

No quadro do programa previsto, esta primeira sessão pretende abrir um debate alargado sobre as cidades, estruturado em dois momentos complementares. Num primeiro momento estará em discussão uma abordagem sincrética sobre essas entidades históricas e culturais, mas também sobre o seu actual estatuto de centralidade estratégica no contexto mais global; complementarmente, numa abordagem mais alargada, será equacionado um quadro problemático que, em grande medida, estrutura a actual condição urbana.

(a) Historicidade Cultural e Condição Urbana

Neste primeiro momento, será dado enfoque particular às cidades, entidades específicas de historicidade urbana e cultural, discutindo, assim, a sua formação histórica, as suas principais transformações ao longo da Modernidade, para, finalmente, nos centrarmos no seu papel estratégico no actual contexto globalizado da economia, da sociedade e da cultura. Não estará em causa uma abordagem de história urbana, mas fundamentalmente uma perspectiva estrutural dos momentos de mudança e de caracterização, com destaque para a situação actual das cidades.

(b) Património Urbano e Espaço Público

A partir do posicionamento anterior, o segundo momento desta sessão tenderá a privilegiar um determinado enquadramento problemático que nos permite aprofundar o questionamento sobre a referida condição urbana das cidades (passe a redundância). Em rigor, trata-se de dois eixos problemáticos, cada um deles apelando a uma determinada especificação: antes de mais, o debate centrado em torno da memória e da identidade do património urbano; complementarmente, o segundo eixo procurará equacionar a condição pública e social da cidade. O desafio será, contudo, o de propor uma formulação articulada entre as duas abordagens problemáticas.

Sessão 2 – Territórios: Processos, Ordenamentos e Redes

Esta segunda sessão tenderá a alargar o âmbito de reflexão, procurando situar o debate anterior no quadro problemático dos processos de territorialização da economia, da sociedade e da cultura. Dois eixos temáticos tendem a estruturar a presente sessão: num primeiro momento trata-se de discutir os processos, de ordem sincrónica e diacrónica, que organizam e que estruturam o território; num segundo momento, debatendo assimetrias, fragmentações e ordenamentos do território, será questionada a passagem de uma situação de rede urbana para o posicionamento de rede de cidades

(a) Processos de Territorialização – a Dialéctica do Global e do Local

Em torno dos processos de territorialização, um enfoque particular será dado à dialéctica do global e do local. Num tal quadro dialéctico, será feita uma primeira abordagem sobre os processos interactivos dos “espaços de fluxos” e dos “espaços de lugares”. Partindo de um tal enquadramento, será desenvolvida uma abordagem sincrónica e diacrónica sobre a formação, constituição e diferenciação do território, nas suas múltiplas tipologias e especificações.

(b) Da Rede Urbana às Redes de Cidades – a Democratização do Território

Tendo em conta uma discussão mais alargada sobre assimetrias, fragmentações e ordenamentos

territoriais, neste segundo momento regressa-se à centralidade das cidades. Assim, face a uma perspectiva vertical e autoritária que se gerou a partir da designada rede urbana, esse mesmo contexto leva a privilegiar, hoje, uma estrutura horizontal mais equitativa, em rede, precisamente, enquanto rede de cidades. O território é, assim, pensado como um “arquipélago” de aglomerados, na perspectiva de um reordenamento territorial mais equilibrado, mais sustentado e, ao fim e ao cabo, mais democratizado.

Sessão 3 – Sustentabilidade: Território, Ambiente e Desenvolvimento

Nesta terceira sessão, os processos de urbanização e de territorialização serão equacionados do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Num tal contexto, a problemática ambiental torna-se central, mas abrindo-se para as dimensões económica e sociocultural. Será necessário, por isso, começar por equacionar as mudanças decisivas que, nos últimos trinta anos, levaram à assunção plena da questão ambiental. Dessas mudanças, em última análise de natureza política, uma noção central acabou por surgir, em torno, precisamente, da sustentabilidade. Posteriormente, será necessário equacionar aquela tripla dimensão, integrando, deste modo, os processos de desenvolvimento sustentável.

(a) Da Crítica Ecológica ao Ambiente Crítico

A problemática ambiental, na sua plena assunção, é relativamente recente. Concretamente, é a partir dos anos 70 do século passado que surge, em diversos quadrantes, uma “consciência ecológica”. A partir de então é todo o processo de formação e de protagonismo daquela problemática, hoje determinante nas orientações estratégicas e nas práticas políticas das sociedades em geral. Mas é também um processo de mudança, que simbolicamente associa a passagem da crítica ecológica ao estado actual de um ambiente crítico. O caso do ambiente urbano terá um enfoque muito particular.

(b) A Sustentabilidade como Paradigma

Ainda que eivada de ambiguidades, a noção

de desenvolvimento sustentável, em grande medida decorrente das transformações referidas atrás, é indissociável da mudança da “crença” do crescimento, enquanto “progresso”, para o que, no momento presente, deve ser assumido como desenvolvimento integrado e sustentável. Não se trata, propriamente, de uma alteração de ordem disciplinar ou temática, mas sobretudo de uma mudança paradigmática que implica uma visão transversal ao ambiente, à economia, à sociedade e à cultura.

Sessão 4 – Governância: Protagonistas, Actores e Sujeitos

Na quarta e última sessão, o enfoque privilegiado é explicitamente político. Num primeiro tempo, pretende-se abrir o debate em função da complementaridade interactiva entre governo e governação, abrindo-se, depois, para a discussão sobre governância das cidades e dos territórios. Num segundo momento, centrado sobre diversas condições de “modernização” das sociedades actuais, o enfoque tenderá a analisar as alterações e os efeitos que implicaram a transformação dos actores sociais em sujeitos culturais.

(a) Governo e Governação

Partindo de um debate alargado sobre as dinâmicas sociais e as transformações políticas, neste primeiro momento procura-se situar um determinado quadro problemático. Fundamentalmente, estará em causa debater o que tem vindo a ser designado de Governância, a partir, precisamente, da dialéctica dos processos sociais e das práticas políticas de Governo e de Governação dos espaços urbanos e territoriais.

(b) Dos Actores Sociais ao Sujeito Cultural

Num debate alargado sobre as diversas transformações do quadro geral da Modernidade, dois protagonistas parecem apresentar, emblematicamente, essas mudanças. Teremos, então, a oportunidade de avaliar a passagem do Actor Social ao Sujeito Cultural, como mudança efectivamente paradigmática dos “modos de modernização” das sociedades em geral. Uma tal mudança paradigmática implica, portanto, repensar o quadro político mais geral, nomeadamente através das transformações multiculturais das sociedades actuais.

Seminários

Os temas fundamentais e as respectivas sessões a serem apresentados em Seminário serão atempadamente estabelecidos, de acordo com os objectivos fundamentais da formação geral dos alunos e segundo as propostas da Coordenação do presente Mestrado. Admite-se, contudo, que uma das temáticas centrais de um desses seminários se articule directamente com o curso ministrado, colocando, assim, em debate as cidades, os territórios e

o desenvolvimento sustentável. Antes do início do Curso esses Seminários acabaram por ser estabelecidos, em articulação com a própria programação do Mestrado em Desenvolvimento e Planeamento do Território. De destacar dois desses Seminários (abertos a um público universitário mais vasto): “Questões de Sustentabilidade – o Campo e a Cidade” (particularmente reportado a questões mais específicas articuladas com o Cerrado Brasileiro); “Turismo e Sustentabilidade” (reportado a casos do Brasil e de Portugal).

Referências Bibliográficas*

De carácter geral

BORJA, Jordi e Castells, Manuel (1997), *Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la era de la Información*, Madrid, Santillana, Taurus.

BRUNDTLAND, G. H. et al. (1987), *Our Common Future*, World Commission on Environment and Development, Oxford, Oxford University Press. (tradução portuguesa).

CASTELLS, Manuel (1972), *La Question Urbaine*, Paris, François Maspero (tradução brasileira).

CASTELLS, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*, vol. I de *The Information Age: Economy, Society and Culture* (1996-1998), Malden/Oxford, Blackwell Publishers (tradução portuguesa).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1990), *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Bruxelas (documento aprovado pelo Conselho de Ministros do Ambiente, 1991).

DRUMMOND, Ian e Marsden, Terry (1999), *The Condition of Sustainability*, Londres e N. York, Routledge.

FERREIRA, V. Matias (1976), *Ecologia: da Cruzada Humanista à Crítica do Capitalismo*. Antologia de textos, Porto, Ed. Afrontamento.

FERREIRA, V. Matias (2002), “Ambiente, Città e Sviluppo. Un Ambiente Urbano Sostenibile?” in Fregolent, Laura e Indovina, Francesco (eds.), *op. cit.* Posteriormente publicado (em português), “Globalização do Ambiente e Localização do Ambiente Urbano. Um Ambiente Urbano Sustentável?”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 4, 2002, pp. 45-60.

FERREIRA, V. Matias (2004), *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar.

FERREIRA, V. Matias, Rodrigues, Walter, Casanova, J. Luís, Castro, Alexandra, Wemans, Luís e Amor, Teresa (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Lisboa, Ed. Bizâncio.

FERREIRA, V. Matias, Chorincas, Joana, Valadas de Lima, Aida, Limbert, Eduardo, Luís, Esmeralda, Ferreira, Paulo Lopes, Seixas, João, Rocha, Edgar (2007), *O Desenvolvimento Turístico Sustentável. A Consciencialização e o Acompanhamento do Desenvolvimento Turístico Sustentável na Costa Sudoeste de Portugal*, Lisboa, CET/Instituto de Turismo de Portugal (a publicar).

FREGOLENT, Laura e Indovina, Francesco (eds) (2002), *Un Futuro Amico. Sostenibilità ed Equità*, Milão, Franco Angeli (inicialmente publicado in *Archivio di Studi Urbani e Regionale*, 71/72, 2001).

GOLDSMITH, Edward et al. (1972), “A Blueprint for Survival”, *The Ecologist*

GRUPO DE LISBOA (1994), *Limites à Competição*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

INDOVINA, Francesco (dir.) (1990), *La Città di Fine Millennio*, Milão, Franco Angeli.

INDOVINA, Francesco (dir.) (2004), *Il Territorio Derivato*, Milão, Franco Angeli.

INDOVINA, Francesco (2006), “Transformaciones de la Ciudad y del Territorio a principios del Siglo XXI: el Archipiélago Metropolitano” in Herrero, G. Ponce (Ed.) *La Ciudad Fragmentada. Nuevas Formas de Hábitat*, Alicante, Universidad de Alicante.

INE – Instituto Nacional de Estadística (2004), *Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional*, site do INE.

* A obra bibliográfica de referência constituiu o livro entretanto publicado pelo responsável do Curso – Vítor Matias Ferreira, *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar, 2004. Embora relativamente datado, considerou-se que boa parte das abordagens analíticas e da respectiva formulação aí apresentadas mantinham ainda pertinência e actualidade. As referências bibliográficas aqui indicadas correspondem a uma pequena selecção dos títulos referidos nessa obra, de acordo com as problemáticas centrais do Curso. Adiante, aparecem indicadas as referências mais específicas consoante as diversas áreas temáticas do Curso ministrado. De sublinhar que, ao longo do Curso, outras obras, mais avulso, foram sendo entretanto referidas.

- LIPIETZ, Alain (1993), “Il Locale e il Globale: Personalità Regionale o Interregionalità?” in Perulli, Paolo (dir.), *Globale/Locale. Il Contributo delle Scienze Sociali*, Milão, Franco Angeli, pp. 41-60.
- MARTINOTTI, Guido (org) (1999), *La Dimensione Metropolitana*, Bolonha, Il Mulino.
- MEADOWS, Dennis *et al.* (1972), *Limits to Growth*, New York, Universe Books (tradução portuguesa).
- MEADOWS, Donella *et al.* (1992), *Más allá de los Limites del Crecimiento*, Madrid, El País/Aguilar.
- MELA, Alfredo, Belloni, M. Carmen e Davico, Luca (2000), *Sociologia e Progettazione del Territorio*, Roma, Carocci Editore.
- MORANDI, Corinna (1994), *I Vantaggi Competitivi delle Città: un Confronto in Ambito Europeo*, Milão, F. Angeli.
- NELLO, Oriol (2001), *Ciutat de Ciutats*, Barcelona, Editorial Empúries.
- NELLO, Oriol (ed.) (2003), *Aquí, no! Els Conflictes Territorials a Catalunya*, Barcelona, Editorial Empuréis.
- REDCLIFT, Michael (1992), *Sustainable Development. Exploring the contradictions*, Routledge, Londres.
- SCHNAIBERG, Allan e Kenneth, Alan Gould (1994), *Environment and Society. The Enduring Conflict*, St. Martin's Press, Nova Iorque.
- TOURAINÉ, Alain (2005), *Um Novo Paradigma*, Lisboa, Instituto Piaget
- De ordem mais específica****
- Cidades**
- BENJAMIN, Walter [2000 (1935)], *Œuvres III*, Paris, Gallimard.
- CASTELLS, Manuel (1972), *La Question Urbaine*, Paris, F. Maspero.
- CASTRO, Alexandra (2002), “Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 5, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, pp. 53-67.
- CHOAY, Françoise (1996), *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Ed. du Seuil.
- FERREIRA, V. Matias (1998), “Património Urbano – A Memória da Cidade” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp. 53-62.
- FERREIRA, V. Matias (2000), “Cidade e Democracia. Ambiente, Património e Espaço Público”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 1, Dezembro, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, pp. 9-35.
- FERREIRA, V. Matias (2001), “Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade. A Condição Pública e Patrimonial das Cidades”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 2, Junho, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, pp. 33-45.
- FERREIRA, V. Matias e Indovina, Francesco (Coords) (1999), *A cidade da Expo '98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- GILLOCH, Graeme (1997), *Myth & Metropolis. Walter Benjamin and the City*, Cambridge, Polity Press.
- GIOVANNONI, Gustavo [1998 (1931)], *L'Urbanisme Face aux Villes Anciennes*, Paris, Editions du Seuil (trad. do ital., *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, UTET Libreria).
- INDOVINA, Francesco (ed.) (1992), *La Città Occasionale*, Milão, Franco Angeli.
- INDOVINA, Francesco (2001), “Geologia da Insegurança Urbana. A Construção Social do Medo nas Cidades”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, 2, pp. 19-31.
- INDOVINA, Francesco (2002), “O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 5, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, pp. 119-123.
- SOLÀ-MORALES, Manuel de (1999), “Espaços Públicos/ /Espaços Colectivos”, *Urbanismo* 4, Lisboa, Associação dos Urbanistas Portugueses, pp. 15-19.
- VILLANOVA, Roselyne de (2001), “Novas Sociabilidades e Miscigenação Urbana. Segregação Social e Territorial – Portugal e França em Confronto”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 2, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, pp. 9-18.
- Territórios**
- ASCHER, François (1995), *Métapolis*, Paris, Odile Jacob (tradução portuguesa).
- BENKO, Georges e Lipietz, Alain (orgs.) (1994), *As Regiões Ganhadoras – Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras, Celta Editora.
- BORJA, Jordi e Castells, Manuel (1997), *Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la era de la Información*, Madrid, Santillana, Taurus.
- INDOVINA, Francesco (ed.) (2004), *Il Territorio Derivato*, Milão, Franco Angeli.
- MARTINOTTI, Guido (org) (1999), *La Dimensione Metropolitana*, Bolonha, Il Mulino.
- NELLO, Oriol (2001), *Ciutat de ciutats*, Barcelona, Editorial Empúries.
- PERULLI, Paolo (dir.), *Globale/Locale. Il Contributo delle Scienze Sociali*, Milão, Franco Angeli.
- PERULLI, Paolo (1992), *Atlante Metropolitano. Il Mutamento Sociale nelle Grandi Città*, Bolonha, Il Mulino.
- Sustentabilidade**
- BRUNDTLAND, G.H. *et al.* (1987), *Our Common Future*, World Commission on Environment and Development, Oxford, Oxford University Press.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1990), *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Bruxelas (documento aprovado pelo Conselho de Ministros do Ambiente, 1991).

** Algumas referências bibliográficas repetem-se em relação à anterior bibliografia mais geral, ainda que parcial. Neste caso, elas encontram-se sistematizadas em relação às áreas temáticas fundamentais do Curso entretanto ministrado.

DRUMMOND, Ian e Marsden, Terry (1999), *The Condition of Sustainability*, Londres e N. York, Routledge.

FERREIRA, V. Matias (2002), “Ambiente, Città e Sviluppo. Un Ambiente Urbano Sostenibile?” in Fregolent, Laura e Indovina, Francesco (eds.), *op. cit.* (inicialmente publicado in *Archivio di Studi Urbani e Regionale*, 71/72, 2001). Posteriormente publicado (em português), “Globalização do Ambiente e Localização do Ambiente Urbano. Um Ambiente Urbano Sustentável?”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 4, 2002, pp. 45-60.

FREGOLENT, Laura e Indovina, Francesco (eds) (2002), *Un Futuro Amico. Sostenibilità ed Equità*, Milão, Franco Angeli (inicialmente publicado in *Archivio di Studi Urbani e Regionale*, 71/72, 2001).

GOLDSMITH, Edward *et al.* (1972), “A Blueprint for Survival”, *The Ecologist*.

MEADOWS, Dennis *et al.* (1972), *Limits to Growth*, New York, Universe Books (tradução portuguesa).

MEADOWS, Donella *et al.* (1992), *Más allá de los Límites del Crecimiento*, Madrid, El País/Aguilar.

Governância

CABRAL, M. Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta Editora.

CASTELLS, Manuel (1996, 1997, 1998), *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Malden/Oxford, Blackwell Publishers, 3 vols – vol I *The Rise of the Network Society*, 1996; vol II *The Power of Identity*, 1997; Vol III *End of Millennium*, 1998 (tradução portuguesa).

FERREIRA, V. Matias (2003), “Movimento, Urbanidade e Cidadania” in Rebelo, J., *op. cit.*, pp. 51-61.

GARCIA, Soledad (1994), “Ciudadanía en España” in Alabart, Anna, Garcia, Soledad e Giner, Salvador (eds), *Clase, Poder y Ciudadanía*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores.

GIDDENS, Anthony [1996 (1990)], *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

GRUPO DE LISBOA (1994), *Limites à Competição*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

MOZZICAFREDDO, Juan (1997), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

REBELO, José (ed) (2003), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras.

TOURAINÉ, Alain (2005), *Um Novo Paradigma*, Lisboa, Instituto Piaget (trad. do francês, Fayard, 2005).

WIEVIORKA, Michel (2003), “Os Movimentos ‘Antimundialização’” in Rebelo, J., *op. cit.*, pp. 17-38.



@ Pedro Corte-Real